

O trabalho que auxilia o júri

Na foto, o plenário do 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette vazio, antes de uma sessão de julgamento. É hora de checar o sistema de som, a iluminação e tomar uma série de outras providências para que tudo transcorra na mais perfeita ordem. Uma sessão de julgamento mobiliza pessoas de várias áreas. Serviço de som, seguranças, policiamento, serviço de copa e transporte são alguns exemplos. Confira, nesta edição, matéria sobre os bastidores de um júri.

Páginas 6 e 7

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - ABRIL - 2011
ANO 17 - NÚMERO 159



Tarefas fundamentais para a Justiça

Não é difícil para qualquer pessoa imaginar uma sessão de julgamento que transcorre num tribunal de júri. Normalmente, o que vem logo à cabeça é aquela cena clássica já vista em algum filme norte-americano, do juiz numa espécie de palco presidindo a sessão, da qual participam ainda o promotor de Justiça, o advogado, as testemunhas (de defesa e de acusação) e os jurados.

Mas, o que poucos sabem é que, para que os julgamentos transcorram em ordem e para assegurar que tudo saia a contento, existe um trabalho enorme por trás daquele cenário.

Trata-se de um trabalho quase invisível, desempenhado nos bastidores por uma legião de servidores – técnicos de som, seguranças, policiais, cozinheiras, garçons, motoristas, profissionais de

comunicação – que não medem esforços para cumprir suas tarefas – fundamentais para garantir a plena prestação da Justiça.

Revelar os bastidores de uma sessão de julgamento e toda a logística que a envolve é o que propõe reportagem desta edição. Por meio dela ficamos sabendo que, muito antes de o juiz declarar no tribunal que determinada sessão está instalada, os técnicos já estiveram por lá bem cedo, testaram a iluminação, o sistema de som e o ar-condicionado. E que outros já cuidaram das refeições que serão servidas aos jurados, às testemunhas, aos réus e aos profissionais envolvidos na sessão, uma vez que um julgamento, como bem sabemos, tem hora para começar, mas não para terminar.

Outra matéria interessante nesta edição é a que trata do sempre polêmico tema da separação judicial. Sobre o assunto, a desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto e o desembargador Edgard Penna Amorim jogam a luz necessária, a partir de suas ponderadas e consistentes reflexões, a fim de nos ajudar a melhor compreender essa delicada questão.

O balanço sobre a realidade das crianças e dos adolescentes infratores promovido pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH) é outra interessante reportagem da edição. Os números levantados oferecem importante fonte de consulta para os estudiosos do tema e servem de alerta para todos nós. Convém conhecê-los. Boa leitura.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Editor Responsável e Secretário Especial

de Comunicação da Presidência: Helcio

Zolini (RP nº 2736/MG); **Secretário Especial**

da Presidência: Luiz Carlos Elói;

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Coordenadora de**

Imprensa: Leticia Lima; **Editores:** Ione

Bernadete Dias (RP nº 1929/MG) e Patrícia

Melillo (RP nº 04592/JP); **Design Gráfico:**

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

CGB Artes Gráficas Ltda

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – 1º andar – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

Magistrados recebem Medalha das Águas

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, foi agraciado, em 20 de março, em São Lourenço, com a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, a Medalha das Águas, conferida pelo governo do Estado. Receberam também a homenagem os desembargadores Audebert Delage e Reynaldo Ximenes e os juizes Fábio Garcia Macedo Filho e Jair José Varão Pinto Junior, entre outras autoridades. A Medalha das Águas homenageou, em sua primeira edição, os cidadãos brasileiros e estrangeiros que se destacaram no incentivo, no apoio e na divulgação das atividades relacionadas ao turismo, à preservação ecológica e ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico e cultural de São Lourenço.



Renata Caldeira

A separação judicial ainda é possível?

Daniela Lima

Em vigor desde julho do ano passado, a Emenda Constitucional 66 simplificou o divórcio por deixar de exigir que os casais passem por uma separação, de fato ou judicial, para depois efetivamente desfazer o casamento.

Essa mudança torna possível que um casal se divorcie até mesmo no dia seguinte ao do casamento. Na esfera jurídica, muitos juízes têm entendido que a separação judicial foi retirada do ordenamento. Dessa forma, alguém que entre hoje com uma ação de separação judicial poderá vê-la extinta sem julgamento do mérito.

Mas ainda estão em curso muitas ações de separação judicial que foram propostas antes da emenda constitucional. Para os magistrados que entendem que a separação não é mais possível, tais ações podem ser convertidas em divórcio sem a necessidade de se esperar um ano.

Ao julgar recursos de ações de separação, a desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, da 8ª Câmara Cível, tem votado pela decretação de ofício do divórcio por fato superveniente, conforme o artigo 462 do Código de Processo Civil, que recomenda ao magistrado levar em considera-

ção algum fato novo que possa influir no julgamento. “As partes não discordam quanto ao fim do casamento. Em dez anos de atuação no Judiciário, nunca vi um caso em que o casal tivesse dúvida sobre a separação. A fonte de discordância normalmente é a guarda de filhos menores, a pensão alimentícia ou a divisão de bens.”

Em dez anos de atuação no Judiciário, nunca vi um caso em que o casal tivesse dúvida sobre a separação”

Cautela

Quando o divórcio foi instituído, o legislador foi cauteloso ao exigir a separação antes do divórcio, como forma de dar ao casal a chance de se reconciliar. “Era uma forma de esperar a sociedade absorver a figura do divórcio”, afirma Teresa Cristina.

Ela defende que o Estado não deve se intrometer nas causas que levam as pessoas a dissolverem o casamento. A culpa era questionada na ação de separação que devia ser motivada. “O Código Civil de 2002 não acabou com a definição da culpa, mas a jurisprudência já apontava para a sua desnecessidade, por não surtir mais

efeito: a definição da guarda dos filhos deve levar em conta o interesse dos menores, os alimentos são devidos a quem necessita e prestados por quem tem condição”, diz.

Outro lado

Já para o desembargador Edgard Penna Amorim, também da 8ª Câmara Cível, a separação judicial subsiste enquanto instituto autônomo previsto no Código Civil, embora não mais como condição para o divórcio. “O fato de a Constituição não fazer mais referência à separação judicial não significa que o ordenamento infraconstitucional não possa disciplinar o instituto. Da mesma forma, a EC 66 não revogou a morte de um dos cônjuges e a nulidade ou anulação do casamento, também previstos no Código Civil, como causas de término da sociedade conjugal”, afirma.

Segundo Edgard Penna Amorim, esse entendimento gera efeito prático positivo do ponto de vista processual, pois permite manter as ações de separação judicial em curso e não extingui-las ou convertê-las em divórcio, sem o pedido das partes, pois isso poderia desrespeitar a convicção religiosa de alguém que não queira tomar a iniciativa de dissolver o casamento pelo divórcio.

Fotos: Rodrigo Vilaça



Os desembargadores Teresa Cristina e Edgard Amorim têm entendimentos diferentes em relação à separação judicial

TJMG realiza a Semana da Conciliação Bancária



Renata Caldeira

■ Durante a Semana de Conciliação do Dpvat, em dezembro do ano passado, foram obtidos 85% de acordos nas mais de 2.000 audiências realizadas

Soraia Costa

O Tribunal de Justiça, por meio de sua 3ª Vice-Presidência, tem se empenhado em promover a cultura da paz, firmando parcerias com instituições que têm grande número de processos tramitando no Judiciário. Com esse intuito, será realizada, de 11 a 15 de abril, a Semana da Conciliação Bancária, em parceria com o Itaú/Unibanco, no pátio interno do Fórum Lafayette. A 3ª vice-presidente do TJ, desembargadora Márcia Milanez, afirma que a Semana “irá viabilizar acordos em processos que envolvem instituições bancárias, facilitando, assim, a solução dos litígios”.

“Estou com a melhor expectativa possível, tomando por base o que já aconteceu na conciliação do Dpvat. Mais do que isso, há o espírito efetivo de se obter a conciliação; o banco relacionou não só processos em que é autor, mas também processos em que é réu”, afirma o diretor do Foro da capital e juiz auxiliar da corregedoria, Renato Jardim.

A previsão para a Semana da Conciliação Bancária é que sejam realizadas mais de duas mil audiências. Os conciliadores volun-

tários, em geral estudantes de direito, são selecionados, treinados e supervisionados por profissionais do TJMG, com o auxílio dos juizes da capital.

“É uma experiência muito rica para os estudantes, que têm a oportunidade de estar em contato com as duas partes e aprender a lidar com o ser humano, com a negociação, com o Poder Judiciário. A nossa meta é que pelo menos 80 conciliadores atuem neste período”, avalia o secretário dos Juizados de Conciliação, Juliano Veiga.

Entenda a realização da Semana

O Itaú/Unibanco procurou o TJMG para firmar a parceria. Tudo acertado, o departamento jurídico do banco enviou à instituição uma lista com os processos passíveis de realização de acordos. Os juizes designados para atuar na Semana selecionaram os casos mais viáveis para tentativa de acordo e intimaram as partes a comparecer.

Na Semana da Conciliação Bancária, serão realizadas 18 audiências simultâneas. Chegando as partes a um acordo, o juiz encerra imediatamente o caso com a sentença homologatória, e o processo é arquivado.

“Nós já recebemos várias solicitações de construtoras, de empresas de telefonia, de água, de energia elétrica e temos procurado atendê-las, em decorrência do número de processos que estão em tramitação. Cada acordo significa um processo a menos, um recurso a menos e satisfação para os envolvidos”, afirma Juliano Veiga.

Qualquer pessoa ou instituição que seja parte em um processo e que tenha interesse em fazer acordos pode acessar o site www.tjmg.jus.br/conciliar e preencher o formulário disponível no link “quero conciliar”.

Outras conciliações

Além da Semana da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todo o país nos meses de dezem-

bro, desde 2006, o TJMG tem realizado outras iniciativas semelhantes, como a Semana de Conciliação do Dpvat (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), realizada no final do ano passado, em parceria com a Seguradora Líder. Na ocasião, foram obtidos 85% de acordos nas mais de duas mil audiências realizadas.

O Tribunal de Justiça, por meio de sua 3ª Vice-Presidência, tem se empenhado em promover a cultura da paz



É preciso, em meio aos atropelos diários e exigências da vida moderna, encontrar na agenda tempo para dedicar-se à saúde

Elisa Castro abordou os cuidados necessários nas fases da vida da mulher: puberdade, idade adulta, gestação, menopausa e velhice

Saúde da mulher: prevenir é a melhor solução

Vanderleia Rosa

Cada mulher tem uma história e uma bagagem hereditária que devem ser analisadas cuidadosamente para garantir-se uma vida saudável e sem surpresas. E para isso é preciso, em meio aos atropelos diários e exigências da vida moderna, encontrar na agenda tempo para dedicar-se à saúde.

Atento a essa necessidade, o TJMG, por meio da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat), promoveu, no final de março, a Semana da Saúde das Mulheres. O evento, realizado nas unidades Goiás e Raja e no Fórum Lafayette, teve como foco a prevenção de doenças comuns nas mulheres, como câncer de mama e de colo do útero. Integraram a programação, entre outras atividades, palestra proferida pela fisioterapeuta Elisa Barbosa Castro, especialista em saúde da mulher, distribuição de cartilha informativa e orientações por parte da equipe da Gersat.

Em sua palestra, a fisioterapeuta Elisa Castro abordou as fases da vida da mulher (puberdade, idade adulta, gestação, menopausa, velhice), os cuidados necessários em cada uma delas e a importância da fisioterapia e dos exercícios físicos para prevenção de doenças e para a melhoria da qualidade de vida.

Durante três dias, enfermeiros lotados nas três unidades deram orientações sobre como se prevenir contra o câncer de mama, o câncer de colo do útero e o vírus HPV, grande causador do câncer de colo de útero. Conforme explicou o

enfermeiro Alexandre Mendes, da Unidade Raja, o principal objetivo da semana foi sensibilizar as mulheres para a necessidade de cuidar da saúde e realizar exames preventivos periodicamente, lembrando que são grandes as chances de cura de certas doenças diagnosticadas no início.

Orientações

Para enriquecer as informações relacionadas ao câncer de mama, foi utilizado um modelo de prótese mamária. O recurso auxiliou nas orientações sobre o autoexame de mama, ao permitir às participantes tocar no modelo e detectar possíveis nódulos, explicou a enfermeira Denise de Figueiredo Medrado, do Fórum Lafayette. Ela lembrou que, no ano passado, a atividade realizada pela Gersat no Mês das Mulheres abordou a prevenção do câncer de pele. Também neste ano, o foco foi a prevenção, completou.

Na opinião da enfermeira Mikelle Bagno, da Unidade Goiás, o evento promoveu a reflexão e serviu de alerta para as mulheres: “É preciso achar um tempo para visitar médicos, realizar exames, buscar orientações e, com isso, prevenir doenças. Apesar da vida agitada, das muitas atribuições que acumula, a mulher tem que destinar um tempo para sua saúde”.

A Gersat faz parte da Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos do TJMG.

Conselhos do bem:

* Procure alimentar-se adequadamente com alimentos ricos em vitaminas e nutrientes e nos horários corretos. Faça pelo menos cinco refeições ao dia, dando preferência para alimentos com pouca concentração de açúcares e gorduras saturadas

* Pratique exercícios físicos regularmente, pois eles ajudam a prevenir doenças, melhoram a disposição para as tarefas do dia a dia e ajudam a manter um peso corporal adequado

* Visite anualmente especialistas médicos para prevenir doenças comuns nas mulheres, como câncer de colo de útero, câncer de mama, câncer de pele e obesidade

* Invista na saúde mental: faça cursos de atualização, aprenda novos idiomas, leia muitos livros, enfim, invista em você

Nos bastidores dos tribunais do júri

Raul Machado

“Declaro instalada a sessão deste Tribunal do Júri.” Todos os dias, os juízes dos dois tribunais do júri de Belo Horizonte proferem essa frase no início dos trabalhos de julgamento. O que talvez muita gente não conheça é o trabalho que acontece nos bastidores da realização de um júri.

Os plenários abertos ao público, a plateia cheia, os 25 jurados que são convocados, juiz, promotor, defensor, servidores, parentes da vítima e do réu, além do acusado e, talvez, a própria vítima demonstram a complexidade do ato.

Os tribunais do júri julgam os crimes dolosos contra a vida. Homicídio, infanticídio, indução ao suicídio, consumados ou não, fazem parte da pauta do júri. Os crimes dolosos são aqueles em que a pessoa tem a intenção de praticar o crime. O acusado é julgado por sete cidadãos, que formam o Conselho de Sentença e são sorteados entre os 25 jurados convocados.

Uma sessão de julgamento mobiliza pessoas de várias áreas. Serviço de som, seguranças, policiamento, serviço de copa e transporte são alguns exemplos. Os julgamentos têm hora para começar, mas não têm hora para acabar. Não é comum, mas, algumas vezes ao ano, o júri rompe a madrugada e, até, avança pela manhã seguinte. Interessante observar que todos os envolvidos nos trabalhos sempre falam da existência de dois cenários: o “júri pesado” e o “júri leve”.

O “júri pesado” é aquele caso complexo, de maior repercussão, com plateia cheia, imprensa, familiares da vítima e do acusado presen-

tes e outras situações delicadas. Já o “júri leve” é o mais rotineiro, sem muita repercussão. Atualmente a lei nem exige mais a presença do réu, quando solto.

O trabalho começa cedo. Logo pela manhã, os técnicos de som chegam, abrem os plenários, acendem as luzes, ligam o ar-condicionado, se for o caso, e testam o sistema de som.

O trabalho precisa de atenção. “Há algum tempo, um advogado que usava microfone de lapela foi atender o celular na sala secreta, e todos do plenário ouviram um pedaço da conversa”, conta o técnico de som Amarildo Santos. Hoje, ele conta a história de forma descontraída, mas disse ter ficado preocupado com a falha no dia.

Pouco antes do início do julgamento, as testemunhas e os jurados convocados vão chegando. Os jurados vão para o plenário. As testemunhas são separadas – acusação e defesa – e vão para uma sala. As chances de eles passarem o dia no fórum e fazerem todas as refeições por lá mesmo é grande. A copa tem que estar preparada.

Na copa, atrás da mesa de Maria Antônia Soares, a coordenadora, há um quadro com o esquema de revezamento dos garçons. Durante toda a sessão, é intensa a movimentação dos garçons que servem cafezinhos para os sete jurados sorteados, testemunhas, juízes, promotores, defensores e auxiliares. “Eles tomam uma garrafa de café a cada hora de julgamento”, afirma Antônia.

O cafezinho não é servido para a plateia. Edson de Paula Agenor Júnior, chefe da segurança do Fórum Lafayette, acredita que é por isso que seja muito comum os seguranças terem que acordar pessoas que cochilam nas cadeiras estofadas no ambiente bem climatizado, principalmente nos dias quentes. “Tem gente que usa o plenário como local de descanso, depois do almoço. Eles acabam cochilando”, conta Edson.

Edson diz que os procedimentos de segurança variam de acordo com o tipo de julgamento. Nos “júris leves”, o esquema é mais simples, mas existe. Nos “pesados”, é maior o número de seguranças nos plenários, e todos passam por detectores de metais na entrada. “Em muitos



Renata Caldeira

Na copa, a coordenadora Maria Antônia confere as refeições a serem servidas



■ Em Belo Horizonte, há dois tribunais do júri, onde são julgados os crimes dolosos contra a vida, como homicídios, infanticídios e indução ao suicídio, consumados ou não

casos, temos familiares da vítima e do acusado no mesmo ambiente, temos que ficar atentos”, afirma Edson Júnior.

E o réu? O réu, se estiver preso, chega escoltado por policiais e fica na carceragem. Dias antes do julgamento, ele é requisitado ao estabelecimento prisional pelas secretarias de cada Tribunal do Júri. No caso do réu solto, assim que chega, ele se apresenta na secretaria ou ao oficial de Justiça.

lanches, mais cafezinho, suco, refrigerante, salgadinhos, bolo e misto-quente, que chegam da copa do Tribunal. Já o almoço e o jantar dependem do cardápio do restaurante contratado para o fornecimento.

“Sempre procuro saber se alguém tem alguma restrição alimentar”, conta Antônia. A escolha do prato do dia é feita pelo juiz entre as opções apresentadas pelo restaurante, mas a coordenadora já sabe algumas preferências alimentares: “um só

toma Coca-Cola zero, outro não come folha, já o meu suco de abacaxi faz muito sucesso”, diz Antônia. Ela acrescenta que todos os envolvidos recebem o mesmo tratamento, “do juiz ao réu”.

Quando os julgamentos vão até tarde, entra em cena o serviço de transporte. Luis Morais, coordenador do transporte do Fórum Lafayette, conta que as testemunhas e os jurados são levados em casa, por questões de segurança. O mesmo acontece com os que colaboraram no trabalho.

“Lidamos diariamente com dois princípios protegidos pela Constituição: a vida e a liberdade”, sintetiza Márcio Chaves, escrivão do 2º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, sobre a rotina de trabalho na secretaria. Ele acredita que as pessoas que atuam no júri passam a valorizar mais a vida. O escrivão também destaca o contato diário com a morte por meio das fotografias nos processos. “Tem que lembrar das coisas boas, da família”, afirma o escrivão.

“A vara do júri é peculiar”, afirma o juiz Glauco Fernandes, há quase oito anos à frente do 2º Tribunal do Júri da Capital. O mais longo júri já presidido por ele durou 16 horas. “Por mais rápido que seja, é um grande ato”, afirma o magistrado sobre a duração das sessões.

Outra peculiaridade apontada pelo magistrado é o caráter oral dos julgamentos, o que acirra os ânimos em alguns casos, e a formalidade. Juiz, promotor, de-

fensor e auxiliares usam as vestes talares, uma beca que pode ser vermelha, branca ou verde. “Podem ser compradas prontas ou encomendadas”, conta o magistrado.

Os jurados, a princípio, desconhecem o funcionamento do julgamento, conta Glauco Fernandes. Mas é nítido como aprendem ao longo do mês em que servem como jurados. No início de cada mês, o juiz pede aos jurados não sorteados que permaneçam no plenário para que aprendam assistindo. “Eles comparam muito com o sistema americano, visto nos filmes”, conta o magistrado. No júri americano, diferentemente do brasileiro, os jurados podem conversar entre si e

precisam buscar a unanimidade na condenação ou na absolvição do acusado.

O julgamento do tribunal do júri parece exercer um fascínio sobre algumas pessoas. É comum ver na plateia alguém que não tem nada a ver com a história, que não é estudante nem advogado, mas está ali, interessado no que está acontecendo. Talvez a motivação seja a curiosidade de ver a Justiça sendo aplicada pelos cidadãos, seus semelhantes. A única decepção costuma acontecer quando se descobre que o juiz já não usa um martelo, como visto na TV, e sim uma campainha. Silêncio no tribunal.

Fotos: Renata Caldeira

Os julgamentos têm hora para começar, mas não têm hora para acabar

Os tribunais do júri contam com oficiais de Justiça para auxiliar os juízes. Eles fazem o pregão e a condução coercitiva de testemunhas fundamentais que não chegaram para o julgamento, uma vez intimadas. O pregão é a “chamada” das pessoas, é o momento em que o oficial verifica a presença das testemunhas. Outra tarefa é a conferência do número de jurados presentes. Os oficiais também acompanham, o tempo todo, os sete jurados sorteados. Até mesmo durante as refeições. “Sempre que os sete jurados estão na sala secreta, eles são acompanhados por um oficial de Justiça”, conta o oficial Francisco Argentina.

Além do cafezinho servido ao longo do dia, os envolvidos no trabalho precisam se alimentar. As pausas são determinadas pelo juiz e podem ocorrer no meio da manhã e durante a tarde, além de almoço e jantar, se o júri se estender até tarde. Nos



■ O técnico Amarildo Santos confere os sistemas de som e iluminação, antes do júri



Márcia Magna e Olímpio Gonçalves estão entre os mestres do curso destinado aos contadores

Curso da Escola Judicial revela talentos

Sidneia Simões

Várias ações educativas da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), incluindo o Curso de Atualização para os Contadores Judiciais, vêm confirmar o potencial dos servidores da instituição. Muitos deles se desdobram entre as atividades rotineiras e a função de multiplicar os conhecimentos adquiridos. Márcia Magna Dias Cardoso Maia e Olímpio Gonçalves Pimenta estão entre os mestres do curso destinado aos contadores. São veteranos e hábeis instrutores da Ejef. Já estão acostumados a atender os contadores por telefone ou e-mail.

Pio, como é mais conhecido, tem quase 38 anos de serviço no Judiciário; Márcia já soma 27 anos. Para os instrutores,

o grande objetivo do curso é padronizar a cobrança de custas judiciais e, dessa forma, melhorar a arrecadação do Estado.

O último curso para contadores havia sido ministrado em 2002 e, por isso, havia grande expectativa de nova oportunidade. No último mês de março, foram finalizados os cursos iniciados em novembro de 2010, fechando os 20 núcleos, que englobam 295 comarcas do Estado – exceto Belo Horizonte, onde os cursos são desenvolvidos separadamente.

Para o 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, os cursos, além de propiciarem a atualização dos servidores, possibilitam o intercâmbio de experiências. São também oportunidades para que a

administração conheça a realidade das comarcas, acrescenta.

Programação

O curso é ministrado integralmente por talentos do TJMG, indicados pela Corregedoria. Estão incluídos na programação os seguintes tópicos: “Cadastro e Unificação”, ministrado por Gislaíne Michel e Marco Antônio Pimenta de Barros; “Custas 1ª Instância”, por Márcia Maia e Olímpio Pimenta; “Custas 2ª Instância”, por Leonardo Honório Rodrigues, Sandra Linhares Martino e Fábio Barboza Almeida; “Central de Mandados”, por Marco Aurélio Ferreira; “Calc (aplicativo de BrOffice)”, por Anapaula Oliveira de Araújo; “Cálculos e Planilhas Aplicadas no BrOffice/Calc”, por Carlos Mário de Freitas Resende, finalizando com “Excelência no Atendimento”, ministrado por psicólogos do Núcleo de Desenvolvimento de Competências Humano-Sociais (Nudhs).

Planilhas eletrônicas agilizam serviço

Em novembro do ano passado, ele era aluno da primeira turma do Curso de Atualização para os Contadores. Mas, em sala de aula, teve a oportunidade de mostrar suas planilhas eletrônicas criadas para solucionar os diversos cálculos feitos na contadoria judicial. Resultado: virou instrutor a pedido dos próprios colegas e após validação do conteúdo por instrutores da Corregedoria. Inicialmente, suas aulas eram ministradas em duas horas e 15 minutos; também a pedido, a carga horária passou para quatro horas e meia. O nome do ex-aluno e atual instrutor é Carlos Mário de Freitas Resende. Ele faz questão de frisar que é de Paroapeba, como forma de prestigiar sua comarca e cidade natal.

Acessíveis a todos os contadores, as planilhas podem ser baixadas do site www.carlosmario.xpg.com.br – é utilizado o aplicativo Calc do BrOffice, pois este é um sistema gratuito e sugerido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Antes do site, já havia um grupo virtual de contadores; as informações começaram a ser compartilhadas por e-mail e, depois, pelo Spark, sistema de mensagens instantâneas adotado pelo TJMG. Cada contador sempre se dispõe a contribuir em assuntos que conhece mais – o aprimoramento é resultado do empenho de cada um.



Carlos Mário tornou-se instrutor a pedido dos colegas do curso de atualização para contadores

Razão e emoção em benefício de crianças e adolescentes

Com 21 anos dedicados à magistratura, a juíza da Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora, Maria Cecília Gollner Stephan, imprime um ritmo de trabalho marcante nas comarcas em que atua. A fim de encontrar a melhor solução para as situações de risco vivenciadas pelos menores, a juíza confessa usar de muita disciplina para aliar a razão ao coração. Ela declara contar com uma equipe de trabalho altamente qualificada, que compreende a necessidade de agir com rapidez no pronto atendimento dos expedientes. Natural de Juiz de Fora e casada há 37 anos com Luiz Antônio, que considera “sua melhor metade”, Maria Cecília tem dois filhos: Guilherme, 34, bacharel em música, e Dimas, 30, graduado em mídia digital, cinema e TV.

lone Bernadette

TJMG Informativo – Qual é o quadro atual da criança e do adolescente abrigados em Juiz de Fora?

MCGS – Mesmo antes das alterações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em agosto de 2009, já defendia a brevidade do tempo de permanência nas instituições, daí todo o esforço para o desacolhimento/desligamento. Em agosto de 2005, quando assumi a Vara da Infância e da Juventude, havia nove abrigos em Juiz de Fora com quase 500 abrigados, entre eles, filhos de outras terras. Não concordamos com o quadro e começamos a buscar a reinserção na família natural ou em família substituta e determinamos que nenhuma criança ou adolescente de outra comarca poderia ser acolhida em nossas instituições, pois a distância dificultaria o trabalho dos técnicos na reinserção. Aos poucos, observando o princípio do melhor benefício para a criança e o adolescente (art. 6º do ECA), conseguimos esvaziar as instituições de acolhimento. Hoje contamos com quatro abrigos e um total de 139 acolhidos.

TJMG Informativo – Qual é a sua participação na Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) da 3ª Região?

MCGS – Ao assumirmos a Coordenadoria da Infância e da Juventude da 3ª Região, a convite do desembargador Alvim Soares e sob a orientação e o apoio do su-

perintendente, desembargador Antônio Sérvulo, repassamos para as equipes técnicas dos juízos da infância da região nossas experiências, erros e acertos e sempre contamos com a boa vontade de técnicos e comissários. Incluímos, no segundo semestre de 2010, com a autorização dos juízes e assistentes sociais da região, o programa De Volta para Casa, desenvolvido pela associação Casa Novella em parceria com a Sedese. Em três módulos, realizou-se a capacitação de educadores, gestores, técnicos e demais integrantes do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

TJMG Informativo – Como é a atuação da senhora e de sua equipe no meio estudantil da comarca?

MCGS – Periodicamente, fazemos palestras para alunos da 5ª à 9ª série do ensino fundamental, ressaltando quais são os deveres dos filhos, dos estudantes e dos cidadãos. Valores éticos e morais, como a solidariedade, a dignidade, a religiosidade, são muito frisados. Além disso, debatemos também sobre os direitos que lhes assistem e que são garantidos pelo estatuto. Atualmente, as palestras são conduzidas pela comissária Verônica e pelo psicólogo Mayacool, que apontam aos alunos os erros e acertos dos jovens e as consequências de suas escolhas. Além das palestras, os comissários da equipe Paz na Escola estão sempre visitando as instituições de ensino.

Renata Caldeira



■ Maria Cecília defende o menor tempo possível de internação para os menores

Justiça divulga situação do menor infrator em Belo Horizonte

Silvia Volpini

Jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos ocuparam o saguão do terceiro andar do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) em 3 de março. Com a palavra, a juíza titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude, Valéria Rodrigues, que divulgou o relatório estatístico de 2010. Mais do que apresentar os números absolutos, a juíza também analisou os resultados e respondeu às perguntas dos repórteres.

O novo levantamento mostra um aumento de 2,7% no número de atendimentos do Centro, em comparação com 2009. No período de janeiro a dezembro de 2010, dos 9.864 adolescentes que passaram pelo CIA-BH, 74,8% têm de 15 a 17 anos e 84,4% são do sexo masculino. A escolaridade, a situação de trabalho e a renda familiar também foram avaliadas no balanço anual. Em relação à reincidência, dos 8.009 casos sobre os quais há informação, 45,7% estão ligados ao uso e ao comércio de drogas.

Com uma média de 27 atendimentos por dia, o CIA-BH completou dois anos em setembro de 2010. Os resultados estatísticos, divulgados desde o ano anterior, são fontes precisas e seguras para as áreas interessadas no assunto. Além disso, de acordo com a juíza, a análise desses resultados subsidia a formulação de políticas públicas eficientes que considerem o perfil dos jovens em conflito com a lei.

O relatório estatístico é fruto da parceria celebrada entre a Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente, o Setor de Pesquisa Infracional e a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. A política do CIA-BH segue a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina a integração operacional dos trabalhos. Baseado nessa premissa, o CIA-BH reúne, no mesmo espaço físico, os serviços do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Secretaria de Estado de Defesa Social, da Defensoria Pública, das polícias Civil e Militar e da Prefeitura Municipal, que atuam dentro de suas respectivas alçadas para tornar célere e efetivo o atendimento ao adolescente infrator.

Acesse os relatórios do CIA-BH em <http://www.tjmg.jus.br/ciabh>.



■ A juíza Valéria Rodrigues divulgou as estatísticas de 2010, analisou os resultados e respondeu às perguntas dos jornalistas

Reduto da fé e das belezas mineiras

Francis Rose

Colchas coloridas nas janelas, tapetes de serragem pelas ruas, procissões, cânticos, apresentação da guarda romana. Assim é Diamantina, na região Central do Estado, na Semana Santa. As celebrações enchem a cidade nessa época do ano, apresentando aos visitantes um pouco da fé, das tradições e das belezas de Minas. Este ano, além da programação organizada pela Igreja Católica, está prevista uma Cantata de Páscoa, concerto apresentado pela Orquestra Jovem de Diamantina. A cidade, que é patrimônio mundial da humanidade desde 1999, tem ainda outros atrativos, como cachoeiras, museu, igrejas e casario com arquitetura de períodos variados.

No município, a programação religiosa terá início em 7 e 8 de abril, com a realização de celebrações diversas. No Domingo de Ramos, dia 17, haverá a bênção dos ramos, às 9h, na praça Doutor Prado, seguida de procissão. Na segunda, na terça e na quarta-feira que antecedem o feriado, estão previstas missas, procissões e cânticos em frente às igrejas. Na quinta-feira, dia 21, haverá a celebração da ceia do Senhor e uma cerimônia de lavapés, seguida de vigília. Na sexta-feira, os passos da paixão de Cristo serão encenados a partir das 9h, com saída da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim. A programação de missas e celebrações é numerosa durante o dia, culminando com a procissão do enterro, à noite, saindo da catedral, e a apresentação da guarda romana.

Tapetes

O Sábado Santo, dia de recolhimento e oração para os católicos, terá celebração solene, às 21h, na catedral. Cada fiel traz em sua mão uma vela acesa, que simboliza a espera pela ressurreição. De sábado para domingo, com início à meia-noite, a comunidade se reúne para a confecção dos tradicionais tapetes de serragem, que embelezam o cenário da Páscoa. O trabalho só termina por volta das 7h, quando as ruas estão coloridas pelos tapetes e pelas colchas colocadas nas sacadas e janelas, festejando a ressurreição de Cristo. Nesse dia, haverá missas e procissão. Ao meio-dia, haverá queima de fogos e repique dos sinos de todas as igrejas. A cantata de Páscoa ainda não tem

data definida, mas deve acontecer entre os dias 21 e 24 de abril.

A cidade oferece aos turistas não apenas a programação religiosa mas também diversos atrativos culturais e naturais. Quem estiver na cidade não pode perder a visita ao cartão-postal de Diamantina, que é a Casa da Glória. Um passadiço sobre a rua liga duas casas, situadas em lados opostos. O recurso instalado pelas irmãs vicentinas, nos idos de 1876, permitia que as moças que viviam como internas nas duas casas atravessassem a rua sem serem vistas pelos rapazes que estivessem nas imediações.

Pontos turísticos

Na casa do inconfidente Padre Rolim, construída no século XVIII, funciona o Museu do Diamante. Outros pas-

seios típicos na cidade são a visita à casa onde o ex-presidente Juscelino Kubitschek, filho mais ilustre de Diamantina, passou a infância, e à casa da ex-escrava Chica da Silva, edificação residencial do período colonial mineiro. O turista não pode deixar de conhecer a Igreja de São Francisco de Assis e de dar uma passadinha na feira do Mercado Velho, onde há a venda de produtos artesanais da região.

Diamantina também tem atrativos naturais, como o Caminho dos Escravos, rota por onde era feito o transporte de diamantes e por onde transitavam tropeiros e animais. O trecho foi calçado pelos escravos. No Parque Estadual do Biribiri, fica uma vila que foi sede de uma das primeiras comunidades fabris de Minas Gerais. A igreja e as casas onde viviam os operários estão conservadas e foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patri-

mônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). O parque, que tem entrada franca, fica a 15 km de Diamantina e abriga as cachoeiras dos Cristais e da Sentinela.

Alguns pontos turísticos têm entrada franca. Outros cobram entradas entre R\$ 1 e R\$ 2 por pessoa. Na Semana Santa, os preços de hospedagem variam de R\$ 500 a R\$ 950 por casal, pela permanência de 21 a 24 de abril.

Serviço:

Localização: Diamantina fica a 292 km de Belo Horizonte, na região Central do Estado.

Informações sobre os passeios na cidade podem ser obtidas no Centro de Atendimento ao Turista (CAT), na praça JK, 25, no Centro. O telefone do CAT é (38) 3531-8060.



■ A confecção dos tapetes de serragem reúne a comunidade no Sábado Santo, a partir da meia-noite

Túlio Travaglia



Rosana Maria

A artista plástica Sônia Gomes apresenta, até 6 de maio, a exposição *O Ritmo da Linha*, na Galeria de Arte do Fórum Lafayette. A mostra reúne desenhos em papel que ganham "nova vida" com a inserção de materiais como retalhos de crochê, rendas, tecidos e recortes fotográficos e, segundo a artista, transmitem lembranças de épocas passadas.

Natural da cidade mineira de Caetanópolis, Sônia Gomes fez matérias isoladas do curso de Artes Plásticas da Escola Guignard, em Belo Horizonte. Ela diz que Sara Ávila, uma de suas primeiras professoras, foi quem mais a influenciou no conjunto de sua obra. Atualmente, Sônia Gomes diz estar numa nova fase de sua carreira, inspirada pela dança afro, que vem praticando. "O movimento do desenho vem todo da dança", explica.

Sônia Gomes é destaque no livro *A Mão Afro-Brasileira*, organizado por Emanuel Araújo e lançado pelo Museu Afro Brasil, em São Paulo. É representada pela Galeria Penna Contemporânea, em Belo Horizonte, e parte de sua obra está reproduzida em dois catálogos: *Objetos* e *Quando a Linha Cria Asas...*. A artista participou de diversas exposições coletivas e individuais no Brasil e no exterior.

A Galeria de Arte fica na avenida Augusto de Lima, 1.549, no Barro Preto, e pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Ela integra o Espaço Cultural forense, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

CLICK DO LEITOR

Classificada como patrimônio da humanidade pela Unesco, Veneza, no nordeste da Itália, é conhecida por sua história, canais, museus e monumentos. É também famosa por seus certames internacionais, como o Festival de Cinema, a Bienal de Artes, pela Regata Histórica, pela fabricação de vidro, pelo Carnaval, pelos cassinos e pelos passeios românticos, em gôndolas. Na foto, detalhe de uma gôndola, a embarcação veneziana mais adaptada ao transporte de pessoas numa cidade onde os canais foram sempre mais utilizados como vias. Atualmente é usada para passeios turísticos, casamentos, funerais ou outras cerimônias, sendo, sem dúvida, considerada uma das formas de encontro mais românticas de Veneza. Existem hoje 426 gondoleiros, dos quais um é mulher.

Cristiano Gougeon -
Campanha



Cristiano Gougeon

Desembargador
lança livro

Renata Caldeira



Foi lançado em 17 de março, pela Editora Del Rey, o livro *Minha Candeia*, de autoria do desembargador Fernandes Filho, ex-presidente do TJMG. O livro registra os quase 40 anos de vida pública do magistrado, que compreendem, além de sua atuação no TJMG, suas atividades como secretário de Estado da Educação, presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil e presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais de Minas Gerais. O produto da venda dos 1.500 exemplares será revertido para o Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), entidade filantrópica criada e mantida pela magistratura mineira. O livro *Minha Candeia* pode ser adquirido na sala do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, que fica no 3º andar do Palácio da Justiça. Informações pelo telefone 3237-6420.

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o email_informativo.ascom@tjmg.jus.br.